

A memória indagada a partir da literatura de autoras japonesas: um conceito para cuidar de pesquisas em educação

Memory questioned through the literature of Japanese women authors: a concept for nurturing research in education

Bruna Moraes Battistelli
Universidade Federal do Paraná
Curitiba, Paraná, Brasil

Resumo: Este trabalho tem como objetivo discutir os usos de literaturas anunciadas como dissidentes, para articular uma reflexão acerca do uso da memória como conceito possível para estabelecer uma política de cuidado para pesquisas em educação que se preocupam com o narrar histórias. Deste modo, em termos metodológicos, parte-se da apresentação e do diálogo com dois livros escritos por autoras japonesas: A polícia da memória, de Yoko Ogawa, e A lanterna das memórias perdidas, de Sanaka Hiiragi, e, a partir destas histórias, articulo a discussão sobre pesquisa e educação, pautando-me em relações experienciais inspiradas por Jorge Larrosa Bondía. Deste modo, os livros auxiliam a pensar a memória a partir das histórias contadas por corpos dissidentes, problematizando o que anunciamos como cânone bem como acionando diferentes possibilidades para o narrar. Enquanto um livro toma a memória como possibilidade de cuidado e relação, o outro livro aborda a problemática do controle do lembrar e do esquecer pelo Estado, anunciando uma discussão sobre os usos políticos da memória.

Palavras-chave: Literatura japonesa. Memória. Narrativas. Experiência. Escritoras.

Abstract: This work aims to discuss the uses of literature announced as dissident, to articulate a reflection on the use of memory as a possible concept to establish a care policy for educational research that is concerned with narrating stories. Thus, in methodological terms, it starts from the presentation and dialogue with two books written by Japanese authors: "The Memory Police" by Yoko Ogawa and "The Lantern of Lost Memories" by Sanaka Hiiragi, and from these stories, I articulate the discussion on research and education, based on experiential relationships inspired by Jorge Larrosa Bondía. Thus, the books help us think about memory through stories told by dissident bodies, problematizing what we announce as the canon and activating different possibilities for narration. While one book takes memory as a possibility of care and relationship, the other book addresses the issue of the control of remembering and forgetting by the State, announcing a discussion regarding the political uses of memory.

Keywords: Japanese literature. Memory. Narratives. Experience. Female writers.

1 INTRODUÇÃO

“— E se as palavras desaparecerem, o que será de nós?” (Ogawa, 2021, p. 36). Com esta pergunta, a personagem principal do livro *A polícia da memória* (Ogawa, 2021) indaga-se sobre o preço dos sumiços e da não memória para a existência. E a partir de sua questão, me coloco a interrogação: como constituímos políticas de memória para nossas pesquisas? E com quais literaturas permitimos que nossas pesquisas se relacionem? Assim, partindo de minha experiência enquanto pesquisadora e docente implicada com a multiplicidade de histórias de vida de professoras e sua importância para aprendermos uma docência encharcada por cuidado e invenção, busco refletir sobre a memória a partir de duas obras de literatura de autoras japonesas contemporâneas. Deste modo, construo com palavras um pequeno conjunto de reverberações que meus diálogos sobre memória e histórias de vida vêm me permitindo. “Em uma ilha onde tudo desaparece, é extraordinário que alguém construa algo usando palavras...” (Ogawa, 2021, p. 36). Como constituir espaços de possibilidade para a memória em um tempo em que alunas/os chegam ao ensino superior sem terem lido um livro de literatura inteiro? Como instigar espaço para as histórias em um tempo em que tecnologias e inteligências artificiais produzem resumos e análises, permitindo que a relação com a literatura (e com as histórias) seja terceirizada?

Assim, puxando em minha memória fios de experiências, opero como uma tecelã da existência (Freire, 2014) buscando possibilidades para lembrar, esquecer e narrar. Deste modo, puxei um fio de memória longínquo e lembrei de minhas primeiras experiências como professora. Fui professora de crianças pequenas pela primeira vez aos dezesseis anos. Estava no curso de magistério na época e fui trabalhar em uma escolinha infantil perto da minha casa. A ideia era trabalhar todas as tardes e o salário era de cem reais. Pouco me lembro dessa época; fiquei cerca de um mês, pois a dona da escola estava com dificuldades financeiras e precisou dispensar as estagiárias pouco depois que completei um mês de trabalho. Mesmo que eu foque, force e puxe os fios da memória com força, não lembro dos rostos das/os alunas/os e nem da professora com quem trabalhei; algo daquela vivência não operou em mim enquanto experiência (Bondía, 2014). Pouco tempo depois, trabalhei em outra escola de educação infantil, com crianças de quatro anos de idade. Fiquei neste estágio por quase dois anos. E dessa experiência lembro até hoje de maneira vívida de algumas crianças, de situações que passaram por mim e se entranharam bem fundo da minha memória de modo que lembro de nomes, rostos, cheiros, barulhos; lembro de maneira vívida fatos que ficaram grafados em meu corpo. Seria o corpo contemporâneo espaço para conhecimentos grafados desde a memória?

E recorro a estas memórias para pensar a docência que exerço hoje, já que a mesma é um gesto que se transformou desde os conhecimentos que ficaram grafados em meu corpo já naquela época (Martins, 2022). Grafias de conhecimento, saberes ancestrais que passam adiante via movimento, gestos ou contados de geração em geração; interessame as histórias que carregamos em nossos corpos, e como Martins (2022) afirma, são prenhes de conhecimento. Há histórias que ficam e permanecem, mesmo que o tempo já conte mais de vinte anos de distância daquela experiência. Por exemplo, lembro do

quanto meu coração acelerou enquanto acompanhava no final de uma tarde um aluno que chorou de dor de ouvido; chorei com ele, pois era a primeira vez que eu me deparava com os cuidados de alguém com quatro anos de idade e doente. Como ensinar uma jovem professora a arte do cuidado? A altura e a intensidade do choro naquele episódio foram tão intensas que gravou um registro vivo em minha memória, fazendo com que a sensação seja a de que parece ter ocorrido há poucos dias. Chorei com ele e na época (eu era adolescente) senti o lamento de quem chamava pela mãe em busca de conforto.

Assim como é vívido em mim, a memória do dia chuvoso em que uma das crianças, uma menina bem pequena para sua idade e que vivia com as bochechas vermelhas, falou em sala de aula pela primeira vez com uma adulta (comigo). Ela já estava na escola há mais de um ano, mas poucas eram as vezes em que falava e, quando o fazia, era direcionado às/aos coleguinhas, e não às adultas responsáveis pelo seu cuidado. Ela apontava o que precisava e sua existência era marcada pelo silêncio. As/os adultas/os responsáveis por sua educação (nós, as professoras) se acostumaram com essa “excentricidade”; era uma menina que não incomodava e, com isso, a falta das palavras não parecia incomodar. Quando ela falou comigo pela primeira vez, depois de três meses de convivência, ela estava sentada embaixo de uma mesa e pediu para fazer *popo* (cocô). Eu lembro do vermelho das bochechas no rosto da menina, tamanha a intensidade do registro em minha memória.

O que me faz lembrar tão intensamente destas cenas? O que me faz esquecer de tantas outras que me aconteceram enquanto professora? Preocupada com as políticas de memória nas pesquisas no campo da educação, venho propondo uma articulação deste conceito a partir de diferentes literaturas e, para este trabalho, busco inspiração em duas obras literárias japonesas contemporâneas escritas por mulheres. Recorro a dois livros: *A lanterna das memórias perdidas* (2024) escrito por Sanaka Hiiragi e *A polícia da memória* (2021) de Yoko Ogawa e que em comum convocam o pensamento para o tema da memória, do direito à lembrança e sobre o que e como esquecemos. Por meio de seus rastros, teço o diálogo teórico-conceitual que sustenta este artigo, em tessitura com as apostas intelectuais de Glissant (2023) e Martins (2022).

A inspiração metodológica deste artigo é a partir da poética da relação e do pensamento do tremor de Glissant (2021), pois com estes, o autor nos oferece pistas para pensar e criar a partir da imprevisibilidade do mundo que segue imerso em desastres climáticos, genocídios, guerras e doenças: “Não há escapatória. E temos que lidar com isso” (Glissant; Obrist, 2023, p. 101). Precisamos lembrar dos momentos em que a vida mudou, das violências que rasgam a humanidade ao meio e dos valores coloniais racistas que ficam mais em evidência. Precisamos de estratégias para não esquecer a pandemia por COVID-19 na qual milhares de pessoas morreram sem direito aos rituais de despedida por parte de suas famílias. Precisamos de estratégias de memória que nos permitam celebrar a potência das intelectualidades negras, bem como não esquecer a dívida histórica gerada pelo processo de sequestro e escravização das populações africanas, articulado pelos países imperialistas europeus. A população negra brasileira existe para além do genocídio que é perpetrado contra a mesma desde o processo colonial, os povos indígenas são constantemente vítimas de ataques, desastres ambientais como a enchente ocorrida no Rio Grande do Sul em 2024 se tornam frequentes e esperados, do mesmo modo, o

aumento da violência extremista contra vidas trans e LGBT segue em curso; uma série de vivências que nos abalam, assim como os tremores de um terremoto. Diferentemente dos tremores de um terremoto, o que foi narrado é facilmente esquecível pela população: as mortes viram estatísticas, lembranças são menosprezadas e o silêncio é imposto como modo de relação. Um projeto moderno colonial que nos lembra que a polícia da memória narrada por Ogawa (2021) pode ser mais tangível do que supomos. Como lembramos destas histórias e existências que são apagadas e relegadas ao menosprezo? O que guardamos dos encontros que nos constituem? Como narramos as relações que estabelecemos com pessoas, fatos históricos, com eventos climáticos? Perguntas importantes para pesquisadoras/es que tentam constituir uma relação com a memória em seus textos e suas problematizações no encontro com literaturas não hegemônicas.

Por literaturas não hegemônicas, assumo aquelas que fazem tremer nossas certezas e acolhem, em suas palavras, a expressão do pensamento de pessoas que usualmente não são acionadas como canônicas: no caso, escolho caminhar acompanhada por duas autoras japonesas que conheci por meio da partilha afetiva de uma aluna que me provocou: quantas autoras japonesas eu já tinha lido? Na época, precisei assumir que nada conhecia de livros escritos por mulheres, apenas autores japoneses. Assim, venho me interrogando sobre como aprendo sobre memória desde as histórias de mulheres escritoras que a partir de seus processos imaginativos e narrativos constituem novos mundos. Ogawa (2021) e Hiiragi (2024) fizeram tremer o modo como conto, narro e lembro no processo de pesquisa e docência no campo da educação.

Glissant em Gliassant e Obrist (2023) nos encoraja a pensar uma poética do tremor, que em sua concepção sustenta um certo processo ético e narrativo que precisamos assumir em tempos em que a vida de algumas/uns é colocada em risco de morte por práticas nomeadas por Mbembe (2021) como necropolítica. Falar de genocídio em contexto necropolítico é entender que não é somente com a morte física que se mata uma existência; há uma série de estratégias de apagamentos de saberes e sujeitos que se colocam em relação e que tem como efeito o esquecimento: os textos escritos prioritariamente com autores de uma mesma localização geográfica, por exemplo, nos dão pistas de um apagamento via epistemicídio (Carneiro, 2023) pelo qual histórias, saberes e intelectualiades diversas vão sendo apagadas. E a partir disso, questiono: quantas histórias cabem em sua pesquisa? Como seu texto acolhe vidas que não respondem ao ideal de norma que temos no contexto contemporâneo? Como constituímos relação com literaturas que fujam do eixo Europa-Estados Unidos da América?

Me ensinaram que escrever de forma adequada e aceita no meio acadêmico é a partir de um processo hegemônico que se sustenta por políticas de citação que priorizam autoras/es brancas/os e do Norte global, assim como se orientam a partir do embranquecimento de conceitos advindos de perspectivas teóricas africanas, asiáticas ou ameríndias. Grosfoguel (2016) nos mostra o quanto os processos de epistemicídio são oriundos de uma série de genocídios que ocorrem contra as populações africanas, indígenas e mulheres. O autor retoma o quanto estes genocídios estão em busca da erradicação de conhecimentos advindos destas populações e que permitiram construções narrativas como a mentira de que em África os saberes são prioritariamente oralizados.

Martins (2022) nos mostra a presença do registro em diferentes línguas no continente africano, além de nos indagar sobre os lugares da memória no social.

A academia em sua forma de trabalho e produção de conhecimento, reproduz a normalização ocidentalizante que se cunha desde essas séries de violações: pensamos e pesquisamos em um processo mimético com o que o ocidente europeu sustenta como saber. O autor, bem como Gonzalez (2021) e Carneiro (2023), nos lembram do quanto a lógica colonial é brancocêntrica, afirmada desde os saberes de homens de cinco ou seis países em detrimento de toda uma série de conhecimentos que circulam desde territórios do sul global (Grosfoguel, 2016). Gonzalez (2021) nos mostra o fracasso do que ela intitulou como um “sonho europeizantemente europeu” (p. 221) que nos foi inculcado como único modo de existência. Ao afirmar a *América Ladina*, a autora nos (re)lembra que nossa cultura e nosso inconsciente são múltiplos e afetados por saberes africanos, indígenas e europeus. Deste modo, me indago: como constituir um arcabouço de entendimento sobre o tema da memória que dialogue com multiplicidades de experiências? Assim sendo, ao entrar em contato com a literatura produzida por mulheres japonesas, me questionei sobre o que elas poderiam contribuir para as pesquisas em educação que se interessam por histórias de vida, narrativas e memória. Como elas nos auxiliam a enfrentar o processo epistêmico do esquecimento que o racismo impõe em nossas terras?

Ser docente no Brasil, me faz pensar em como as/os professoras/es contam histórias e fazem destas suas ferramentas de aprendizagem (hooks¹, 2021). A autora nos diz que aprendemos mais e melhor quanto mais histórias são acolhidas em uma sala de aula. Desta maneira, em diálogo com a autora, proponho um sobrevoo sobre as obras que inspiram esta escrita em articulação com o modo como podemos apreender a memória em nossas pesquisas: como proteger as histórias que não ocupam os livros enunciados como canônicos? Em tempos de ruínas (Tsing, 2022) e em momentos de tremor (Glissant; Obrist, 2023) precisamos lutar em defesa da memória das pequenas histórias que nos constituem.

Somos a continuação de um fio que nasceu muito tempo atrás, vindo de outros lugares, iniciado por outras pessoas, completado, remendado, costurado e continuado por nós. De uma forma mais simples, poderíamos dizer que temos uma ancestralidade, um passado, uma tradição que precisa ser continuada, costurada, bricolada todo o dia (Munduruku, 2020, p. 16).

Enquanto sobreviventes das catástrofes que nos são impostas em um processo capitalista neoliberal, precisamos agir, pensar, criar e, de acordo com Glissant e Obrist (2023) e hooks (2019) precisamos renunciar aos sistemas que oprimem e nos paralisam. Desta maneira, teço um diálogo com o que hooks (2019) nos apresenta quando constitui os pressupostos teóricos de uma teoria feminista que precisa estar pactuada com a defesa da vida de todas as pessoas e que deve ser organizada como uma luta por transformação

¹ bell hooks assume para si um pseudônimo com o qual assina todas suas obras. Assim sendo, respeitando a posição assumida por ela, respeito a grafia de seu nome.

social. Lembrar das crianças com as quais trabalhei em uma escola de educação infantil pública na cidade de Porto Alegre, hoje, é um gesto ressignificado frente à necessidade de defesa do direito à educação pública de qualidade, pois vivemos uma série de ataques à oferta da educação como bem público, como bem podemos observar em ações como a privatização da gestão de escolas e a plataformização da educação.

Precisamos entender que os efeitos da opressão se reproduzem e perpetuam na história de cada pessoa, articulando o que sentimos individualmente e coletivamente; hooks (2019) nos lembra de que um dos efeitos dos sistemas de opressão que se derivam da supremacia branca é uma sistemática desumanização de algumas pessoas e das relações. Então, produzir uma pesquisa que se reverbere a partir dos rumores dos tremores causados por catástrofes do sistema capitalista é se preocupar com o tempo para a memória, com o tempo para a escrita e que estes recusem os valores hegemônicos dos sistemas de dominação, ou seja, criar um espaço-tempo no qual a imaginação e a diversidade sejam ferramentas de criação para mundos mais cuidadosos. Criar tempo, constituir lembranças, avivar memórias, deste modo, são procedimentos ético-metodológicos que são sustentados desde o diálogo com a literatura. É desde a literatura que interrogo o gesto pesquisador no campo da educação e é com o exercício da poética que podemos movimentar o ritual acadêmico da escrita para que não sigamos envolvidas/os e pactuantes com sistemas de apagamento de existências e saberes.

Para a pesquisa e para a escrita, fica o convite para a tessitura de uma brecha que se dá desde as relações mais íntimas, um movimento que tanto Ogawa (2021) quanto Hiiragi (2024) nos convidam em suas obras. Como é possível acolher a beleza e a tristeza de uma lágrima de uma criança? Quais memórias teremos se o esquecimento nos levar embora às palavras? Como nos relacionamos com a diferença? Perguntas que compartilho inspiradas nas histórias narradas por Ogawa (2021) e Hiiragi (2024). Se a sociedade do cansaço (Chul Han, 2015) nos coloca sempre em movimento, ou culpadas quando não estamos em desempenho, para uma escrita tecida a partir de uma política do tremor, precisamos escavar tempo para lembrar daquelas/es que estão e estiveram envolvidas nos fios da nossa existência. Estar em contato com o mundo, uma das premissas do pensamento do tremor, só é possível se abirmos nossos corpos e textos a múltiplos sistemas de pensamento e, a partir de conversas e encontros, fazer tremer o que toma-se como verdade. Um modo de pensar que precisa ser construído no percurso da pesquisadora, pois não há receitas ou modos de escrever constituídos *a priori*; é no turbilhão de encontros que é possível um pensamento que acompanhe os tremores sentidos pelo mundo (Glissant; Obrist, 2023). E assim, acolhendo pequenos tremores, a construção analítica acontece por reverberações, compondo com os efeitos sentidos no corpo inteiro.

Deste modo, o tema da memória enlaçado desde as preocupações de uma pesquisadora do campo da educação que pretende sustentar práticas narrativas que ampliem as histórias que contamos, é constituído desde as relações tecidas no mundo, fazendo dialogar autoras/es que não usualmente se encontram, mas que neste processo se tornam companheiras/es para uma discussão que se faça sensível, “porque busca[m] o estágio da utopia no qual todas as culturas do mundo, todas as imaginações do mundo, podem se encontrar e se entender mutuamente, sem desvanecer ou se perder” (Glissant; Obrist, 2023, p. 116).

O quanto lembramos do que vivemos? E o quanto conseguimos sentir nossa vida a partir das memórias que acionamos? Pensando na importância da memória na pesquisa em educação e em um movimento de enfrentamento à cultura do imediatismo, dos vídeos virais que são abandonados na medida em que outro viral aparece e na rapidez com que as redes sociais operam, proponho uma política da memória poética que seja tecida a partir daquilo que lembramos de nossas/os mortas/os e daquilo que acionamos de nossas experiências docentes. O que importa histórias de professoras/es? O que elas ensinam sobre aprendizagem, cuidado e invenção? Perguntas que constituem o interesse da pesquisa (informação a ser inserida posteriormente) aprovada pelo comitê de ética da (informação a ser inserida posteriormente) e que pretendem ser respondidas com histórias de professoras/es que erguem suas vozes (hooks, 2019) mesmo quando sofrem ataques violentos a partir de diferentes sistemas de opressão.

As políticas da memória são um campo em disputa, que têm como potencial tensionar, questionar e problematizar o que tomamos como verdade, como conhecimento, como possibilidade em nossos campos de atuação. Há quem pertence o direito à memória? Quem pode se ocupar de lembrar e registrar suas memórias em um contemporâneo, no qual a intensidade imposta pela sociedade do desempenho (Chul-Han, 2015) e o decorrente cansaço de estarmos sempre em atividade fragiliza o tempo da lembrança e da possibilidade da narrativa? Se estamos cansadas e neuronalmente sobrecarregadas (Chul-Han, 2015), um modo eficiente do capitalismo neoliberal em sustentar práticas de brevidade e de esquecimentos, como produzimos desvios e resistências? O empenho com este ensaio é acionar políticas de memória para a constituição de práticas de cuidado em nossas pesquisas e textos acadêmicos, constituindo nas relações um tempo de paragem e comprometimento afetivo consigo mesma e com as demais pessoas envolvidas. E se tomo ele como ensaio, diz da busca de uma língua apaixonada para a pesquisa (Bondía, 2014), povoada por uma comunidade de aprendizagem (hooks, 2017) plural e diversa que estabeleço para meu pesquisar. Escrevo para que outras/os pesquisadoras/es tenham desejo de escrita e em uma cultura de medição da pesquisa por lógicas capitalistas de qualificação e neutralização da linguagem, proponho uma escrita encarnada e que seja tecida desde as memórias e saberes que os corpos carregam (Martins, 2022). Deste modo, a literatura surge como um convite para que pensemos o lugar da vida/morte e o lugar da memória/esquecimento em nossas vidas e pesquisas.

2 A LANTERNA DAS MEMÓRIAS PERDIDAS: COMPONDO PEQUENOS CALEIDOSCÓPIOS COM A VIDA

Talvez a gente desapareça sem deixar rastros e se transforme em nada.
Sanaka Hiiragi (2024, p. 19)

O que carregamos conosco ao final da vida? Hiiragi (2024) nos diz que tudo o que uma pessoa carrega consigo são apenas recordações. A autora é apaixonada por

fotografias e máquinas fotográficas e com essa premissa nos lança em um pequeno mundo habitado por Hirasaka, responsável pelo estúdio de fotografias que fica entre o mundo dos vivos e o dos mortos. O personagem é responsável por acolher as/os recém chegadas/os ao mundo dos mortos e, neste encontro, cada pessoa pode escolher uma foto para cada ano de sua vida. Com essas fotos, Hirasaka monta um caleidoscópio que será assistido pela pessoa e marcará sua entrada, de fato, ao mundo dos mortos. Trata-se de um romance inspirado em tradições japonesas sobre a morte e que nos convoca a pensar sobre como lidamos com as memórias e o que escolhemos carregar conosco enquanto lembrança e como elas nos constituem. Como em nossos territórios e localizações geográficas pensamos sobre a morte, sobre o tempo e sobre o gesto de lembrar? Como em nossa cultura lidamos com a memória? E como, em pesquisas em educação, podemos acolher a dimensão cultural da memória? Pensando nestas relações, trago uma pequena passagem da pesquisa que coordeno no qual convidamos professoras/es à narrarem suas docências; muitas das pessoas convidadas se empolgam e entendem como bonito o convite, mas não conseguem narrar suas histórias.

O tempo apressado entre tantas demandas de trabalho, a correria de uma carreira precarizada, bem como o sentimento de que sua história não vale o registro marcam algumas das relações que estabelecemos. No livro de Hiragi (2024) o estúdio de fotografias funciona como um ponto de passagem, e neste, cada pessoa pode retomar aquilo que lhe marcou/constituiu, ou melhor dizendo, aquilo que esqueceu. Somos o que esquecemos, o livro nos relembra. Será que esperaremos um ponto de passagem entre vida e morte para nos lembrarmos das alunas que nos marcaram, das professoras que influenciaram nossas aprendizagens, dos pequenos encontros que surpreenderam a vida? Poderiam as pesquisas interessadas em histórias de vida se articularem como um pequeno ponto de passagem e cuidado com as memórias que compõem as existências? Peço demais às pesquisas em um tempo como o que vivemos? Para aquelas/es que lerem este trabalho para além do ano em que ele foi tecido, peço que lembrem que cada ensaio é testemunho de um intervalo temporal, situado em uma época e processo social e com isso, as/os convido a pensarem sobre como experienciam o tempo?

Durante o percurso do livro nos encontramos com as memórias de três pessoas: uma senhorinha de mais de 90 anos chamada Hatsue, um homem de meia-idade chamado Waniguchi e uma criança de nome Mitsuru. Histórias que nos convocam a pensar o quanto e como seremos lembrados e o modo como nossas vidas impactam na vida de outras pessoas: nossas relações e como nos colocamos nelas definem o que lembramos e o modo como sentimos as memórias. E o que essas afirmações têm a ver com o campo da pesquisa em educação? Esta investigação dialoga com as propostas epistemológicas que embasam o fazer pesquisadora/docente da autora: produzir pesquisas sobre práticas de cuidado e de invenção no campo da psicologia da educação, nas quais são visibilizados os encontros com pesquisadoras/es que produzem desde seus campos de trabalho, a saber, a escola e a sala de aula. Desta forma, a preocupação na pesquisa é mostrar o quanto aprendo com as histórias de vida de professoras e professores e o quanto se abrir a estas produz como efeito uma educação amorosa (hooks, 2021) que passa pelo direito coletivo ao registro de nossas memórias e histórias enquanto saberes que produzem modos de estar no mundo e de conhecê-lo. Como escritora-pesquisadora-professora convido

outras/os pesquisadoras/es-professoras/es a narrar as miudezas de suas vidas e são as pequenas lembranças que ocupam o estúdio de fotografia narrado por Hiiragi (2024). Voltando ao livro, a primeira história conta a vida de uma senhora que vai retomando suas lembranças que foram apagadas pela idade, uma dessas fotos é de um ônibus. Hirasaka, como um companheiro de memórias, busca por aquelas que estão apagadas, quase (ou completamente) esquecidas.

Hirasaka (que pode ser entendido como uma espécie de gerente do estúdio de fotografia) a indaga se ela gostava muito de ônibus, de viajar ou se trabalhava em um. Ela diz que não se lembra, mas sente/sabe que a imagem é importante. A foto, meio apagada, quase sem cor, mostra o impacto do tempo, da exposição e do manuseio contínuo, o que, conforme Hirasaka, diz do quanto se tratava de uma memória valiosa e afetiva para ela. Para refazer a imagem, um direito de todos que passam pelo estúdio de fotografia, é possível retornar no tempo, fato que nos conta que Hatsue foi professora de crianças e ensinava em um território empobrecido do Japão no pós-Segunda Guerra Mundial. Eles (Hirasaka e Hatsue) revivem memórias de sua juventude e do quanto as pessoas para as quais ela trabalhava não tinham um local para cuidar de suas crianças, do quanto ela não sabia cobrar por seu trabalho e do investimento que o grupo de trabalhadoras/es que a contrataram fizeram para inaugurar um espaço educacional para que Hatsue o coordenasse.

O ônibus da fotografia, desta forma, mostrou-se como a alternativa que encontraram para que Hatsue e as crianças com quem trabalhava tivessem um local para se abrigar em dias de chuva: uma escola-ônibus inventada para alimentar relações de cuidado e aprendizagem. Ao longo da primeira parte do livro, revivemos as memórias da mulher que escolheu educar e que se implicou com a melhoria de seu próprio trabalho, ampliando as possibilidades de vida da comunidade que a contratou. A fotografia nos mostra o empenho de uma comunidade em prover educação para as crianças e acreditar na persistência de uma jovem professora. E como e com quem aprender sobre memória em tempos em que lembrar tem sido tratado como um luxo supérfluo? A aposta no diálogo com livros literários escritos em contextos socio-históricos diversos do nosso aponta para o desejo do diálogo entre modos de pensar e viver que têm pontos de diálogo e pontos de distância. Trememos, assim como Glissant (2021) nos convoca no encontro entre arquipélagos, não com obras continentais, afirmando que a potência do encontro e da conversa está no movimento insular. O livro de Hiiragi é uma pequena ilha com a qual posso dialogar e compor relação buscando entender que rememorar é direito de vida e alimenta existências bem como possibilidades relacionais de cuidado.

O livro de Sanaka Hiiragi (2024) nos serve de ponto de ancoragem para afirmar a memória como mosaico que vamos construindo desde os restos da lembrança: as fotos gastas pelo manuseio intenso ao longo dos anos, os rostos que nos acompanham ao longo da vida, bem como cacos e fragmentos de histórias que vivemos ou nos foram contadas; uma história para além dos fatos históricos hegemônicos e que mostram como os lidos como vencidos pelo saber moderno colonial vivem em meio às ruínas; Hatsue pode ser professora nos escombros deixados pela Segunda Guerra Mundial. Não há como andarmos no mundo sem a consciência de que nossas passadas carregam o peso das memórias que se estabelecem em relação com as outras pessoas, seres vivos, entidades,

livros que lemos e conceitos com os quais dialogamos. Ailton Krenak (2022) nos indaga: pisamos firmes e de forma pesada? Ou pisamos leve como os povos indígenas se dispõem? Questões que fazem pensar em Waniguchi, um dos personagens aos quais fomos apresentadas/os no livro; ele é um homem marcado pela violência. Quando Hirasaka recebe seu pacote de fotos, o mesmo vem marcado com um adesivo vermelho, um aviso de que se trata de alguém que se suicidou ou morreu de forma violenta; sua morte foi furtiva com um golpe de espadas pelas costas, o livro revela. Waniguchi reage muito mal ao convite de Hirasaka a reviver sua vida e quando escolhe voltar a um momento muito específico de sua existência, somos pegos de surpresa: sua fotografia captura uma lágrima no rosto de um menino estrangeiro o qual ele ajudou quando percebeu que o mesmo era vítima de violência na escola. Meninos de sua escola rasgaram uma fotografia de sua família. O momento capturado mostra o reencontro do menino com a fotografia que ele pensava ter perdido quando a rasgaram.

Mas olhando com cuidado, a objetiva parecia ter removido uma fina camada daquela cena e transferido diretamente para a foto, em cujo centro a lágrima que hesitava entre cair e não cair do rosto de perfil de Tien, chorando e rindo ao mesmo tempo, também tinha calor próprio. O rosto do eu dele do passado ao fundo, a figura miúda e inalterável do Rato, e até mesmo as rugas de sua roupa surgiam harmonizadas no brilho suave do preto e branco, como cena memorável de uma obra-prima cinematográfica (Hiiragi, 2024, pp. 144-145).

Ao ver esta última foto (sua escolha de fotografia), o personagem (Waniguchi) achou que era uma lembrança melancólica, pois não se tratava de um grande feito, de algo que mostrava seu valor como homem acostumado à violência. Era, ao contrário, uma pisada leve (Krenak, 2022) e mostrava o encontro inusitado entre uma frágil criança vítima de violência, um homem misterioso cuja meta era consertar tudo ao seu redor e um homem que só se permite ao afeto por alguém que precisa de cuidado. O que fica de nossas memórias, a não ser um pequeno sussurro ou uma lágrima alegre? Como celebramos os efeitos destas memórias? Algo que Hiiragi (2024) parece nos convidar a pensar, quando mostra todo o cuidado de Hirasaka com as pessoas que chegam ao seu estúdio.

Uma das apostas epistêmicas e éticas na pesquisa tracejada desde fios feministas e antirracistas, é ampliar o cuidado ofertado as/aos envolvidas/os a partir da possibilidade de narrar suas histórias, pensar sobre o vivido e sobre aquilo que movimentou outras experiências e que permitiu que a pessoa envolvida construí-se para si um espaço de autorrecuperação (hooks, 2019). O personagem Hirasaka não seria uma espécie de mediador? Alguém companheiro para um processo de cura das violências às quais a pessoa foi submetida? Pensando com hooks (2019; 2020) não há possibilidade de cuidado em isolamento, já que o amor, enquanto projeto de mundo, precisa que floresça primeiramente o amor-próprio (hooks, 2021). E este só é possível experimentar em comunhão, aponta a autora. Deste modo, pensar no senhor Hirasaka como um encontro amoroso, firma uma proposição importante para nossas pesquisas no campo da educação:

ela só é possível em comunidade. Só lembramos em comunhão, a partir dos encontros com os quais nos enlaçamos. Foi um sussurro lembrado pela pequena criança vítima de violência grave que a salvou: “O tio me olhou no fundo dos olhos e falou, sorrindo: não se preocupe. E, por último, disse: Grite! Grite, Mitsuru. Bem alto!” (Hiiragi, 2024, p. 181). É no laço com o outro que acionamos memórias e abrimos espaços para processos de autorrecuperação, cuidado e pertencimento.

3 UMA POÉTICA DO DESAPARECIMENTO: A POLÍCIA DA MEMÓRIA

Qual terá sido a primeira coisa que desapareceu desta ilha? Ainda hoje, me pego pensando nisso. Quantas vezes minha mãe não me contou essa história quando eu era pequena!
Yoko Ogawa (2021, p. 9)

Como viver em uma cidade em que as coisas que precisam ser esquecidas precisam desaparecer rapidamente? Como habitar um território no qual o direito à memória, o direito a conviver com aquilo que precisa ser esquecido, é mediado pela polícia, pelo Estado, em uma relação de perseguição e silenciamento? Indagações que faço a partir do livro *A polícia da memória* (Ogawa, 2021), mas que muito bem cabem à nossa sociedade. Como por exemplo, quando Rui Barbosa quis apagar os documentos que comprovavam o processo de escravização da população negra no Brasil, estava em jogo o papel do Estado na regulação do que pode ser lembrado e do que deve ser esquecido (Munanga, 2017). Para que os processos de desumanização sistemáticas como a escravização da população de países africanos se sustentassem, uma maquinaria do esquecimento se organizou; não havia nome a ser lembrado, o sobrenome é daquele que comprou aquela existência e o que se viveu ficava em África. A travessia e o navio, desta forma, selaram, para milhões de pessoas, um caminho que passava pela mediação de seu direito a narrar e lembrar. A memória, deste modo, não é neutra e nem individual, mas um mecanismo coletivo composto no emaranhado de fios existenciais.

Como seria viver em segredo com a memória daquilo que foi apagado? Quais seriam os riscos vividos por alguém que lembra quando a ordem é esquecer? Quem me lê pode pensar em como estou narrando cenas de algum país que vive um governo ditatorial ou um sistema de censura articulado pelas instituições de um país sem liberdade de imprensa. Mas trago questionamentos que introduzem o roteiro de *A polícia da memória* escrito por Yoko Ogawa e traduzido para o português em 2021. Ele se passa em uma ilha em que as coisas desaparecem. A protagonista, uma escritora de romances, lida com sucessivos desaparecimentos, inclusive o de sua mãe, que é tida como morta.

— A cada desaparecimento, a ilha entra por algum tempo em polvorosa. As pessoas se reúnem nas ruas, falando de suas memórias da coisa sumida. Dizem que sentem saudades, que estão tristes, consolam-se umas às outras. Se o que desapareceu é algo material, as pessoas trazem os seus exemplares para queimar, ou ainda enterrar, ou mesmo jogar no rio. Mas mesmo esse

burburinho dura pouco. Depois de dois ou três dias, todos voltaram à vida normal, incapazes até de lembrar o que era mesmo que haviam perdido (Ogawa, 2021, p. 10).

Nem todos esquecem, para algumas pessoas a memória seguia preservada, mesmo com a interdição ao lembrar. A mãe da jovem protagonista é uma dessas pessoas e escondia no fundo de seu ateliê pequenas caixas com objetos que já não eram acessíveis às demais pessoas; colecionava pequenas lembranças, e com isso, tornava-se ameaça à ordem vigente, ao modo como aquela ilha se organizava: não podia-se lembrar do que devia ser esquecido. Mesmo no contemporâneo as políticas de memória são território de conflito e disputa, e assim podemos problematizar movimentos que se organizam para apagar violências perpetradas por sujeitos brancos contra minorias, como por exemplo, as memórias da violência branca no processo de escravização da população sequestrada em África, ou os processos de linchamento nos Estados Unidos da América (Sharpe, 2024). O apagamento, assim como os operados pela polícia da memória no livro de Ogawa (2021) nos provoca a pensar sobre a dimensão política da memória, sobre o direito e o medo que se tem de narrativas que fazem tremer o que os sistemas de opressão consolidam como verdade, como por exemplo, a ideia de que pessoas brancas são superiores (Carneiro, 2023; Bento, 2022).

“Para os dirigentes, em uma ilha onde tudo aos poucos vai sumindo, o simples fato de haver algo que não some é prejudicial... é... inadmissível. Então se as memórias não somem por bem, somem por mal” (Ogawa, 2021, p. 35). Esta é uma afirmação proferida por R., editor responsável por cuidar da publicação dos romances escritos pela personagem principal; na conversa os dois falam do quanto a caça às pessoas que lembram vem aumentando, assim como falam das estratégias utilizadas pela polícia da memória para rastrear e prender àquelas/es que guardam memórias do que foi desaparecido. Não tem como não lembrar as reverberações que o filme brasileiro *Ainda estou aqui* (2024)² produziu ao evidenciar as memórias de uma família atingida pela violência estatal durante o processo ditatorial no Brasil. Poder pensar sobre memória enquanto direito, estendê-la como fio enorme que possamos ser vivido por um maior e diverso número de pessoas, é um gesto de cuidado em comunidade, pois como Krenak (2022) e Munduruku (2020) nos ensinam, o oposto da vida não é a morte física, mas o esquecimento. Enquanto pudermos seguir contando as histórias que nos constituem e as existências que com seus fios reverberam em nossos modos de existir (Munduruku, 2020), seguiremos vivos pela memória que produzimos.

Para a jovem que tinha uma mãe que escondia os objetos que desapareciam, pois conseguia lembrar dos mesmos, era preciso imaginar os usos e possibilidades de cada dispositivo. Não era um exercício simples, pois ao perder a memória do objeto, sensação ou sentimento, perdia-se a noção de utilidade, o apreço ou desgosto sentido pelo mesmo, perdia-se a possibilidade de afetar-se com o mesmo. A protagonista, ao narrar sua relação

² Filme brasileiro premiado com o Oscar de melhor filme estrangeiro em 2025 e que relata a vida da família do jornalista Rubens Paiva que foi preso e morto durante o processo de ditadura iniciada no ano de 1964 no Brasil.

com aquilo que não lembrava mais, diz que: “Eu me via tomada por uma sensação de impossibilidade, como alguém que tentasse reproduzir com argila a forma das nuvens que boiam no céu” (Ogawa, 2021, p.11). A vida, desta forma, era mediada pelo que se perdia, ou mais especificamente, pelos vazios deixados e impossíveis de serem narrados. Os cheiros, as sensações, os sentimentos relacionados eram perdidos junto com aquilo que não podia ser mais lembrado, configurando vidas e histórias. Como seguir uma profissão depois que o objeto dela desaparecer? Como se emocionar por algo que não reconhecemos? O livro vai assim, nos mostrando uma relação profunda com vazios.

Um sistema bastante violento era operado para garantir que os itens que não podiam mais ser lembrados fossem apagados. Uma polícia que apagava os rastros deixados pelos objetos e seres que precisavam ser esquecidos e que, ao decorrer do livro, percebemos que também perseguia as pessoas, que assim como a mãe da protagonista, mantinham suas memórias, reforçando a ideia de que é proibido lembrar. Após o sumiço dos pássaros, a polícia apareceu na casa da protagonista, pois o pai já falecido da mesma era pesquisador e seu objeto de estudos eram as aves. Invadiram a residência em busca de todo o registro que continha menção aos pássaros e, mesmo com uma tentativa de intervenção da protagonista, os policiais seguiram revirando as memórias que ela guardava do pai. A autora nos mostra o quanto aquela polícia bem treinada, silenciosa e bastante presente era eficiente em sua função: “A principal missão da polícia secreta era levar a cabo o processo de desaparecimento” (Ogawa, 2021, p. 22).

A autora é hábil em nos mostrar os efeitos do esquecimento nos modos de viver, se expressar, se relacionar das pessoas. Memória, desta forma, vai sendo construída na relação com o esquecimento, e de apagamento em apagamento, a possibilidade de existir vai se esvaindo dos moradores da ilha, vamos sentindo ao longo do livro os efeitos do esquecimento forçado e dos abandonos de si que eles vão provocando. Sem lembranças, sem os objetos, os sentidos, as memórias, as histórias que contamos sobre as coisas ao nosso redor, a vida na ilha vai diminuindo, até o corpo físico perecer e sumir. Deste modo, pensar a intersecção entre memória e pesquisa, no campo da educação, permite que pensemos a importância do lembrar, da recordação do fato narrado mais cotidiano da vida de quem convidamos para articular conhecimento em nossas pesquisas.

As/os pesquisadoras/es costumam ter perguntas e objetivos a responder e cumprir, mas e as perguntas que as pessoas com quem escolhemos dialogar? Como ficam? Que espaço damos para estas? O quanto somos (ou não somos) acolhedoras com as lembranças e os esquecimentos alheios? O quanto nas pesquisas e na educação somos um tanto parecidas com a polícia da memória? O quanto nos ocupamos de sustentar esses pagamentos e evidenciar um certo modo de narrar e lembrar? Como constituir percursos narrativos que não sejam a expressão de estereótipos e sustentação de um cânone colonial e racista (Meneses, 2008)? Lembrando que o agir docente e pesquisadora estão conectados e quando tenciono modos de pesquisar, estou problematizando também os atos docentes e o modo como contamos histórias enquanto ferramenta de aprendizagem (hooks, 2021).

4 MEMÓRIAS DOCENTES: POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO ÀS POLÍTICAS DE ADOECIMENTO DA VIDA

A cena é antiga e eu estava em meu último estágio como estudante de graduação em psicologia em um serviço de acolhimento institucional em Porto Alegre. Alargando a ideia de que trato somente sobre memórias e possibilidades para a pesquisa e a docência, aciono a memória de uma educadora com quem trabalhei há mais de seis anos atrás. Naquela época, a preocupação de uma parte das trabalhadoras do serviço era em relação a um adolescente com o qual ninguém conseguia se relacionar. Ele já tinha sido violento com muitas/os educadoras/es e em uma de suas últimas brigas, tinha agredido um educador. Pensando em uma forma de cuidar desse menino de pouco mais de dezessete anos, uma educadora, mais velha e com muitos anos de experiência, convenceu suas/seus colegas de abrigo a receber o jovem. O argumento dela era de que elas/es esqueceram que já tinham recebido muitos outros como ele e que tinham “dado conta” do trabalho. Ela fazia uma busca pela memória, uma convocatória à lembrança de todas/os adolescentes que elas/es já tinham acolhido e do como era possível realizar este trabalho de acolher quem parece não querer ser acolhido. Uma memória do ofício (Sennett, 2009) foi acionada em busca de uma ética do cuidado, passível de ser compartilhada e ofertada a um jovem que já tinha sido exposto a uma série de violências e abandonos.

A educadora, desde a possibilidade de lembrar de situações compartilhadas com as/os colegas, permite que uma fresta se abra em um sistema que reproduz uma série de violências e nem sempre consegue se comprometer com o cuidado. Pensando em diálogo com os livros que aciono neste ensaio, afirmo a memória como campo de possibilidades para que uma ética do cuidado possa ser implicada com a transformação social. Escrevendo desde o emaranhado de histórias com os quais componho esse texto, lembro de uma afirmação de Glissant e Obrist: “Hoje, podemos até os fiar na crença de que essa energia emana das forças militares ou econômicas, mas isso não é verdade. Ela está nas ideias e na poética da maneira como organizamos o mundo” (2023, pp. 21-22). Ele discute sua concepção de arquipélagos e do como entende que as conversas precisam acontecer nesse processo. O autor defende a ideia de que o continente é um sistema de opressão e que os arquipélagos carregam consigo a potência da produção da diversidade. “Eles abrem caminho para um mar de errâncias: para a ambiguidade, a fragilidade, a deriva” (Glissant; Obrist, 2023, p. 22). Conversar desde o arquipélago, deste modo, permite o exercício da vulnerabilidade, da humanização das relações e, desta forma, nos insere em um campo de possibilidades para a memória e para o cuidado. Para tanto, se faz necessário que pensemos acerca da língua com a qual nos colocamos em relação com a/o outra/o. “Al ver lo que nos conecta, en vez de sólo ver lo que nos divide, nos vemos obligados a traspasar las murallas de la desconfianza, extender nuestras manos hacia otros y compartir información y recursos³” (Molloy, 2018, p. 32).

³ Ao ver o que nos liga, em vez de apenas o que nos divide, somos forçados a romper os muros da desconfiança, a aproximar-nos dos outros e a partilhar informações e recursos (tradução própria).

Glissant (2021) e Glissant e Obrist (2023) nos convidam a entender o como a globalização produz uma redução do social, do como nos relacionamos e o que se produz como efeito dessa homogeneização. De acordo com os autores é preciso que combatamos a globalização, pois com ela há a defesa de um modelo a ser seguido. Dialogando com as proposições de Meneses (2008) que nos questiona sobre retomadas narrativas sobre contemporâneo:

Como construir perspectivas alternativas acerca da produção de conhecimento sobre a 'história do mundo'? Construir histórias contemporâneas é, talvez, nos nossos dias, um dos elementos principais para a (re)emergência do sujeito outro, para além da macro-narrativa sobre a chegada impositiva e transcendental de uma consciência de matriz eurocêntrica. Mas a criação de histórias contemporâneas pressupõe o reconhecimento mútuo, o qual terá de ser criado (p. 76).

O que lembramos, o que contamos e o que narramos, se entrelaça pelas relações de opressão a que os corpos em suas diversidades são submetidos. Como não pensar na dimensão da história estereotipada à qual docentes, principalmente da educação básica no Brasil, estão submetidas/os, quando vivemos o desmantelamento da educação pública com projetos de privatização da gestão dos processos educacionais, ascensão e consolidação de modelos como o cívico-militar e plataformização do processo educativo com a produção de materiais didáticos a partir de ferramentas de inteligência artificial. Enquanto narra-se as/os professoras como adoecidas/os e desistentes da educação, reafirmam as mudanças produzidas como evolução ou avanço. Estereótipos narrativos que fecham a possibilidade de pensarmos novas relações. Não é possível problematizar o tema da memória e relacioná-lo com o tema da docência e da pesquisa, sem entender que a mesma se estabelece no limiar do espaço e do território, não como algo que temos, mas construímos em relação ao tempo e espaço que habitamos. O que foi forçado ao esquecimento sobre os tempos de escravização? O que foi forçado ao esquecimento sobre tempos de guerra ou de ditaduras? Fatos que sustentam os nossos modos contemporâneos de existir, narrar, pesquisar e contar histórias e que nem sempre serão evidenciados como importantes.

O passado é força que de forma espiral, impacta no modo como vozes são acionadas em um texto acadêmico, por exemplo. Meneses (2008) e Martins (2022) apontam que a memória está conectada com as lógicas que permeiam a construção cultural de um povo. Deste modo, entender a memória como campo de possibilidade de histórias múltiplas, contadas a partir do exercício dialógico em arquipélago, racha com um modo de funcionar moderno-colonial sustentado em saberes e modos de contar pactuados com a supremacia branca norte-ocidentalizada.

A partir disso, penso nas relações entre a memória e a língua para narrar histórias que rompem com os silenciamentos que são forçados e constituídos para diminuir a capacidade produtora de conhecimento de corpos em específico. Imaginar, narrar, contar são verbos que acionam práticas de pesquisas aliadas com o exercício da descolonização mental (hooks, 2021). Poder imaginar outros mundos, mais do que imaginar futuros

(Krenak, 2022), nos força o pensamento para como acionamos e normalizamos políticas de nomeação, imaginação e de memória: nomear, imaginar, lembrar... Exercícios para que a pesquisa possa entrelaçar uma ética do cuidado que passa por aquilo que podemos registrar de nossa experiência. “As palavras com que nomeamos o que somos, o que fazemos, o que pensamos, o que percebemos ou o que sentimos são mais do que simplesmente palavras” (Bondía, 2014). Não basta discutir o que se trata de memória, sem articular o como escrevemos e nomeamos o que nos passa. Autoras/es como Martins (2022), Bondía (2014) e Anzaldúa (2009, 2021) auxiliam nesse processo, e mesmo que não ocupem lugares epistemológicos similares, podem produzir diálogos desde a ideia de arquipélago (Glissant, 2023). Os pés das/os três pisaram por estradas e caminhos diversos, dialogam com autoras/es que nunca se encontraram, mas nesta composição que proponho, conversam no intuito de ofertar pistas para o pesquisar no campo da educação. Com Bondía (2014) e Anzaldúa (2009, 2021) constituo possibilidades de uma língua para a pesquisa: que seja apaixonada, que fale desde a experiência, que seja corporificada, bifurcada, rebelde e coerente. Não há espaço para as histórias pessoais, desde a memória, se não criarmos uma língua acadêmica que rompa com o polido, com o neutro, com o hegemônico, não há possibilidades para a memória se seguirmos em diálogos excludentes e que se constituem na outrificação das existências enquanto inimigos a serem combatidos. O que seria do personagem Waniguchi se ele fosse recebido em sua passagem para o mundo dos mortos como um inimigo a ser combatido? O que seria de R se a protagonista do livro *A polícia da memória* tivesse resolvido entregar ele à polícia na caça por pessoas que lembram? Assim como Morrison (2019) nos ensina, há uma narrativa que restaura a dignidade das personagens ampliando as relações e possibilidades materiais e imateriais de vida.

O tempo, desta forma, é dimensão essencial do trabalho, pois se tudo o que acontece de forma acelerada (Bondía, 2014), a experiência e o lembrar ficam comprometidos. “Por isso, a velocidade e o que ela provoca, a falta de silêncio e de memória, são também inimigas mortais da experiência” (Bondía, 2014, p. 22). O sujeito da experiência, desta forma, está inserido em um tempo, que não pode ser medido pelas lógicas da sociedade do desempenho (Chul-Han, 2015), mas sim por um tempo em que é possível que algo nos passe (Bondía, 2014). “O tempo é local de inscrição de um conhecimento que se grafa no gesto, no movimento” (Martins, 2022, p. 22). O tempo é espaço de produção de subjetividades, de modos de existir e de comunidades (hooks, 2017), pois como afirmam as autoras citadas, não há comunidade sem cultivo de relações, e para isso, precisamos criar um tempo que não seja o do desempenho e da produtividade sem fim. O tempo, por exemplo, para se relacionar com livros que não são os mais vendidos, os considerados canônicos na literatura, é o tempo da invenção de novas possibilidades imaginativas, restaurando assim a dimensão descolonizadora da imaginação (hooks, 2020). Assim, temos uma relação ética, estética e política com o narrar, pois a partir do mesmo podemos imaginar mundos para além da narrativa moderna colonial que nos foi obrigada e segue sendo por muitas pessoas glamourizada com a verdade sobre o existir.

O tempo é “um modo de predispor os seres no cosmo” (Martins, 2022, p.21). Um ensinamento que Martins compartilha com suas/seus leitoras/es em *Performances do tempo*

espiralar (2022) e que remontam um modo de pensar a grafia do conhecimento desde saberes afrocentrados, entendendo a multiplicidade cultural em que o Brasil é formado. Assim sendo, o modo como nos constituímos, o que nos lembramos e também o que é esquecido respondem às “cosmopercepções que nos constituem” (Martins, 2022, p. 22). Proponho, desta forma, uma conversa entre narradoras/es que habitam o mundo e pisam em territórios muito variados, vivenciando a relação com as palavras a partir da radicalidade de suas diferenças, e com isso afirmo que mais do que consensos e verdades, busco ampliar a discussão sobre memória, narrar e nos conectar com as muitas histórias que compõem o mundo. Retomando a história de *A polícia da memória* (Ogawa, 2021), a protagonista, em sua infância, toma coragem para perguntar à sua mãe sobre porque ela lembra daquilo que ninguém mais recorda.

— Mamãe, por que você se lembra tão bem das coisas sumidas? Como consegue sentir o cheiro do perfume que todo mundo já esqueceu?

[...]

— Eu também não sei. Às vezes fico pensando nisso... — respondeu, num fiapo de voz. — Por que será que nunca perco nada? Por que será que nunca esqueço?

Ela baixou os olhos, como se fosse ruim não esquecer. Para consolá-la, deilhe mais um beijo de boa-noite (Ogawa, 2021, p. 14).

Se conforme nos lembra Ecléa Bosi (Bosi; Bruck, M. 2017) de que “enraizar-se é um direito fundamental do ser humano” (s.p.), um ensinamento que quando em diálogo com a história do livro *A polícia da memória* (2021) nos mostra os efeitos da interdição da memória na constituição subjetiva das pessoas e na vivência coletiva enquanto seres sociais. O compromisso da literatura, assim como de pesquisas que pretendam se relacionar com a literatura é construir possibilidades para que as/os envolvidas/os possam a partir das histórias (suas, de outras pessoas, contadas em roda, escritas em livros ou trabalhos acadêmicos) germinar futuros possíveis (Rolnik, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorrer os mundos que Ogawa (2021) e Hiiragi (2024) me faz pensar sobre o quanto seguimos trilhas e caminhos que foram se desenhando a partir de lógicas canônicas, que impactam nos diálogos e conversas que podemos produzir, e com isso, há impacto no modo como nos relacionamos desde nossas localizações, desde onde nossos pés pisam. Ogawa (2021) e sua protagonista que vai acompanhando o sumiço de tudo à sua volta nos ensinam a relação entre o social e o comunitário com nossas experiências, nos colocando a pensar sobre o valor da memória como organizador social e subjetivo.

Já na escrita de Hiiragi (2024) podemos pensar na memória enquanto política de cuidado, pois somos compostas/os pelas relações que estabelecemos, pelos modos como nos colocamos ao lado de outras pessoas, mesmo quando em alguns momentos, o modo como nos relacionamos colocará em questão nossa própria existência como ocorreu com

Hirasaka que, consciente de como suas ações impactaram em sua vida, opta pelo caminho que ajudaria a pequena criança em perigo. O livro de Hirragi (2024) conduz a pistas similares às que os povos indígenas como os Munduruku (Munduruku, 2020) nos ofertam, quando mostra os fios que, mesmo dispersos à primeira vista, estão conectados pelas experiências e histórias de vidas. Deste modo, mesmo não sendo o que se espera das considerações finais de um artigo, trago a citação de um trecho do trabalho com o tempo espiralar (Martins, 2022, p. 21): “Em tudo o que fazemos, expressamos o que somos, o que nos pulsiona, o que nos forma, o que nos torna agregados a um grupo, conjunto, comunidade, cultura e sociedade”. Para tanto, vozes corajosas que espiam o fio da imaginação e compõem suas narrativas dissidentes nos proporcionam comunidade para habitarmos possibilidades outras para a existência.

REFERÊNCIAS

- ANZALDÚA, G. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. In: PEDROSA, A.; CARNEIRO, A.; MESQUITA, A. (org.). *Histórias das mulheres, histórias feministas*. São Paulo: MASP, 2019. v. 2, p. 85-94.
- ANZALDÚA, G. *A Vulva é uma Ferida Aberta & Outros Ensaios*. Rio de Janeiro: A Bolha, 2021.
- BENTO, M. A. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BONDÍA, J. L. *Tremores: escritos sobre experiência*. Autêntica, 2014.
- BOSI, E.; BRUCK, M. S. Memória: enraizar-se é um direito fundamental do ser humano. *Revista V! RUS*, v. 1, n. 15, 2017.
- CARNEIRO, S. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2023.
- CHUL- HAN, B. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2015.
- FREIRE, I. M. Tecelãs da existência. *Revista Estudos Feministas*, v. 22, n. 02, p. 565-584, 2014.
- GONZÁLEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, v. 31, p. 25-49, 2016.

GLISSANT, É. *Poética da relação*. Bazar do tempo, 2021.

GLISSANT, É.; OBRIST, H. U. *Conversas do arquipélago*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2023.

HIIRAGI, S. *A lanterna das memórias perdidas*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2024.

HOOKS, b. *Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2017.

HOOKS, b. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

HOOKS, b. *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática*. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

HOOKS, b. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

KRENAK, A. *Futuro Ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

OGAWA, Y. *A polícia da memória*. São Paulo: Estação Liberdade, 2021.

MARTINS, L. M. *Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2021.

MENESES, M. P. Mundos locais, mundos globais: a diferença da história. *Comunicação Intercultural: Perspectivas Dilemas e Desafios*, p. 75-93, 2008.

MOLLOY, S. *Viver entre línguas*. Belo Horizonte: Relicário, 2018.

MUNANGA, K. As ambiguidades do racismo à brasileira. In: KON, N. M.; SILVA, M. L.; ABUD, C. C. (Orgs.), *O racismo e o negro no Brasil: Questões para a Psicanálise*. São Paulo: Perspectiva, 2017. p. 33-44

MUNDURUKU, D. *O banquete dos deuses: conversa sobre a origem e a cultura brasileira*. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 2020.

ROLNIK, S. *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: n-1 edições, 2019.

SENNETT, R. *O artífice*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SHARPE, C. *Notas ordinárias*. São Paulo: Fósforo, 2024.

TSING, A. L. *O cogumelo no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo*. São Paulo: n-1 edições, 2022.